

## **Benedita Defende Causa das ONGs**

A deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ) esteve presente nesta quarta-feira (5) na Secretaria Geral da Presidência de República, no Ministério do Planejamento e também no ministério do Desenvolvimento Social, com a ministra Tereza Campello, para tratar da situação que a Associação Palácio das ONGs (PALONG) localizada no Rio de Janeiro tem passado. Há dois meses, a PALONG recebeu uma notificação para desocupar o imóvel onde eles trabalham, quando na verdade, segundo a Presidente da PALONG, Heloisa Coelho, o espaço no edifício Darcy Vargas foi cedido a partir de um edital público por meio de uma iniciativa do Poder Público, o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), através da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Há 20 anos, esta associação é uma constituição jurídica que representa um conjunto de trinta organizações que fazem a intermediação junto aos órgãos públicos para construir um marco regulatório de participação social e de principais Políticas Públicas e de Direitos Humanos no País.

Para a deputada Benedita, as Organizações Não Governamentais (ONGs) exercem um importante papel social na nossa sociedade, em especial para comunidades mais necessitadas. “A PALONG é uma Associação pela qual nós devemos respeito, pois trabalham e se empenham a favor de diversos benefícios e direitos para a sociedade, como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Política Nacional de Inclusão da População em Situação de Rua, Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, Plano Nacional de Cultura e Política de Promoção de Saúde, entre outros. Diante desse quadro, o meu comprometimento é me esforçar para garantir que a PALONG tenha um espaço próprio para articular programas e projetos que atendam às demandas dos usuários, que somam um atendimento de quase um milhão e meio de pessoas. Peço o apoio, principalmente, do Ministério do Planejamento e da Secretaria do Patrimônio da União e demais órgãos competentes para que não haja essa intervenção e o prazo de termo de cessão de uso das salas seja prorrogado, garantindo assim a continuação de um trabalho social em favor da luta pelos direitos humanos”, afirmou.

Fonte: Assessoria de Comunicação